



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	8

Parecer 2 - CCJ

Está aprovado na forma das Emendas nºs 1, 2 e 3 da CEOF.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADO SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Chico

Leite.

O Projeto de Lei nº 142, de 2015, o Item nº 3, foi devolvido sem o parecer do Deputado Renato Andrade, que seria o Relator no caso.

Sendo assim, designo o Deputado Raimundo Ribeiro para relatar a matéria, a quem concedo a palavra para proferir o parecer sobre a matéria, por gentileza.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, cabe análise apenas sob o aspecto da admissibilidade sob a questão da constitucionalidade, da legalidade, da regimentabilidade e da técnica legislativa. Com relação a esses aspectos, a relatoria entende que não há nenhum óbice que possa contaminar o projeto. Entretanto, eu gostaria de complementar o nosso voto, propondo que seja anexado e recebido, como nossa razão de voto, o voto que foi proferido e aprovado na CEOF pelo Relator.

Se me permite a Presidente, eu gostaria de fazer a leitura desse voto:

“Nos termos do art. 64, II, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade das proposições quanto à adequação orçamentária e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	9

financeira, e emitir parecer sobre o mérito de matéria de natureza tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial.

Consideramos meritório o projeto...

Consideramos meritório o projeto de lei em análise, que pretende estabelecer um conjunto de medidas em busca do equilíbrio das contas públicas, compreendendo ajustes na arrecadação tributária distrital. Tais disposições, aliadas ao severo corte de gastos promovido pelo Executivo se fazem necessárias para sanar a grave situação financeira em que se encontra o Distrito Federal.

No que tange ao ITBI, propõe-se a fixação da alíquota de 3%, alcançando a carga tributária ao patamar de capitais como São Paulo, ainda inferior a municípios como Goiânia, que aplica a alíquota de 3,5%.

A respeito do IPVA, a majoração da alíquota aplicável a automóveis, camionetes, camionetas e utilitários, dos atuais 3% para 3,5, ainda mantém a carga tributária inferior ao observado em outras unidades da Federação, como São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, assim como o reajuste em relação às motocicletas, de 2,0% para 2,5%, mantém alíquota abaixo da aplicada no Paraná, por exemplo.

Quanto ao ICMS, os ajustes aplicáveis aos combustíveis decorreram de critérios de sustentabilidade ambiental, na medida em que se propõe aumento de alíquotas do imposto para gasolina e óleo diesel. Mesmo com a majoração do imposto relativo à gasolina, a carga tributária do Distrito Federal permanecerá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	10

inferior ou equivalente às existentes em estados como Goiás, Paraná e Rio de Janeiro.

O ajuste em relação aos serviços de comunicação, que eleva a alíquota de 25% para 28%, ainda mantém a carga tributária do Distrito Federal inferior a de todos os demais estados da Região Centro-Oeste.

Outras medidas previstas no projeto de lei promovem ajustes no regime especial aplicável a restaurantes e bares, estabelecendo prazo para que o contribuinte excluído possa pleitear nova adesão, e implementam a modalidade de lançamento por homologação do ITCD, possibilitando que o contribuinte calcule e pague o imposto sem prévia verificação do Fisco, a fim de promover agilidade na apuração e pagamento.

Segundo informa o Secretário, a previsão de impacto positivo na arrecadação, para o exercício de 2016, decorrente da seguinte medida constitui-se:

1) alteração das alíquotas do IPVA, cento e quarenta e cinco milhões e oitocentos.

Considerando o conjunto de medidas, a estimativa total do impacto positivo na arrecadação para o exercício de 2016 é da ordem de 740 milhões. Para o exercício de 2015, entrando em vigor a revogação da isenção do IPVA na aquisição de veículo novo, espera-se impacto positivo de cerca de 50 milhões.

O nobre Deputado Rodrigo Delmasso apresentou a Emenda nº 3, que concede benefícios fiscais para combustíveis utilizados por taxistas, para o transporte escolar, motoboys, caminhões e aviação em geral. Como o Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 142 / 2015
FOLHA 352 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	11

encaminhará projeto de lei específico tratando de benefícios fiscais, essa emenda fica prejudicada para o projeto de lei em comento.

O Deputado Júlio César apresentou a Emenda nº 4, que trata de benefício fiscal para o ITBI; a Emenda nº 5, que exclui o inciso II do art. 14, e a Emenda nº 6, que concede benefício fiscal para pagamento à vista do IPVA. Vale ressaltar que o Executivo irá encaminhar projeto de lei específico, tratando de benefícios fiscais, motivo este que leva a rejeição das citadas emendas.

A Deputada Sandra Faraj apresentou a Emenda nº 7, que limita o percentual da TLP à variação percentual do IPTU.

Este relator apresentou as Emendas nºs 1, 2 e 8, que excluem a alteração da legislação do IPTU e da TLP, de modo que essa matéria seja melhor discutida com a sociedade de Brasília.

Ainda foram objeto de aperfeiçoamento do projeto de lei as Emendas nºs 9 a 15, apresentadas por este relator, para que as matérias que tratam de benefícios fiscais sejam objeto de projeto de lei específico, em atendimento à Lei Orgânica.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão, manifestamos voto pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 142, de 2015, com as Emendas nºs 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, e rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6 e 7. Retirada a Emenda nº 3, pelo autor.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO SANDRA FARAJ) – Em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	12

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, antes de discutir, se V.Exa. me permitir, eu queria que fossem lidas... Parece-me que foram excluídos do debate o IPTU e a TLP. Eu queria, sendo possível, para que nós tenhamos clareza sobre o que debatemos, que o Deputado Raimundo Ribeiro lesse as emendas que foram acatadas.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ok, só as que foram acatadas.

s/Ana Luísa

**** SUPER, AGUARDANDO CHEGADA DAS EMENDAS...**

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer.) – Ok, só as que foram acatadas.

(Leitura das emendas: Supres. 8; 9, Modif. 10 e 11; Supres. 12, 13, 14 e 15.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	13

PRESIDENTE (DEPUTADO SANDRA FARAJ) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, se V.Exa. me permite, a minha impressão é que o Distrito Federal precisa de um pouco mais de sorte.

À irresponsabilidade fiscal do Governo Agnelo o governo atual responde com a proposta de aumento de impostos.

RMESSIAS R03

aumento de impostos. Quer dizer, a irresponsabilidade fiscal de Agnelo é da conta da população. A população é que tem que pagar isso. A população está sempre pagando.

Precisamos fazer uma grande avaliação para ver se pagam aqueles que têm responsabilidade. A minha impressão – tenho feito essa ponderação a muita gente e fiz uma avaliação das alíquotas referentes ao Plano Piloto, a chamada atualização, assim como à Ceilândia, Cruzeiro e Octogonal –, a população paga em tudo isso. Chegamos a algumas hipóteses de aumento de 107%. Nós, Parlamentares, é que vamos dizer, neste momento, se a população deve pagar por isso ou não.

Eu, de minha parte, Presidente, permita-me, acho que o debate sobre aumento de tributos precisava estar mais justificado e precisava ser objeto de um grande debate com a sociedade, porque a sociedade, consciente de que essa seja a única alternativa, ela não se negará a fazer o seu sacrifício. Ela não vai se negar!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	14

Parece-me precipitado que o governo se inicie com uma proposta de conta atribuída à sociedade, que já tem pago tão caro aqui. Pagou pela Caixa de Pandora, pagou ao final pela irresponsabilidade fiscal de Agnelo, respondida nas urnas, mas a resposta nas urnas acabou equivalendo agora ao início de um governo com aumento de impostos. De maneira que eu ponderaria a V.Exa. que esse fosse um debate que nós diferíssemos e que fizéssemos um pouco mais à frente, depois de audiências públicas. Um debate franco com a sociedade e com as entidades representativas.

Não vamos nos negar, em hipótese alguma, a contribuir com o governo toda vez que for para colocar os compromissos em dia, equilibrar as contas públicas e apurar as irresponsabilidades. Se for do meu partido, eu, como bom cearense, nos debates sempre observo que, se for de casa, tem que apanhar mais do que o da rua. Se é do meu partido, tem que pegar uma pena maior do que a dos outros. Agora, não podemos colocar essa conta para a sociedade. Quero adiantar a V.Exa.

Primeiro, quero ponderar que o tema do pacote fiscal, quando disser respeito a transferir a conta para a população, seja diferido, ou seja, que façamos antes uma pauta de debate com a sociedade em audiências públicas para depois votarmos.

Era isso que eu queria ponderar a V.Exa., mas já adiantando que, se a votação for hoje, eu me posicionarei contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Andrade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	15

DEPUTADO RENATO ANDRADE (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) -
Sra. Presidente, o que estamos votando hoje aqui é a admissibilidade ou não do que nos foi apresentado. Não significa que concordamos com o mérito.

Acho que precisamos debater, como disse o Deputado Chico Vigilante. A sociedade precisa ser ouvida. Ela é que vai pagar a conta. Quando eu vou pagar a minha conta, eu quero saber por que estou pagando e o que estou pagando. E precisamos fazer com que isso seja levado a efeito, mesmo porque eu quero ajudar o Governador Rollemberg.

Ele ouviu nas rodas de conversas nas cidades satélites. Estão criando conselhos comunitários. Eu acho que ele precisa mostrar para a sociedade por que irá aumentar os impostos. Se vamos aumentar, logicamente que devemos ter o respaldo da população, daquele que vai pagar essa conta. É muito importante que se saliente isso. Se isso, de fato, for necessário à aprovação e se tivermos de dar mais uma cota de sacrifício, eu, particularmente, não me furto a votar para que esses impostos sejam aumentados. Aquilo que está sendo requerido por nós por parte do governo. Mas a sociedade civil organizada precisa

S/Sandra

RMESSIAS R03

mas a sociedade civil organizada precisa também trazer a sua contribuição, porque eu creio que esta também é a vontade do Governador Rollemberg. Mas hoje estamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	16

votando a admissibilidade ou não. E podem ter certeza absoluta, eu quero o debate e acho o debate importante.

Eu já quero aqui até adiantar o meu voto. Vou votar pela admissibilidade para que haja o debate amplo, irrestrito, e, se a conta tiver que ser paga mais uma vez pelo contribuinte, que o contribuinte diga “Eu também quero contribuir para o pagamento dessa conta”. E, se eu achar, de forma convencida, que isso é necessário, terá também o meu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Renato Andrade.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputado Chico Leite, Deputado Renato Andrade, Deputado Rafael Prudente, eu acho que temos que colocar a discussão no seu patamar correto.

É evidente que o Governador Rodrigo Rollemberg, quando propõe uma medida como essa, ele não o está fazendo porque deseja aumentar impostos. Nenhum governante deseja aumentar impostos. O que o governante quer e tem a obrigação de fazer é reequilibrar as finanças públicas do Distrito Federal, que aqui ninguém desconhece, estão todas esculhambadas mesmo. O que se fez nos últimos quatro anos no Distrito Federal foi um ato de irresponsabilidade criminosa. E aí eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	17

quero dizer, dando continuidade até mesmo ao que foi colocado pelo meu amigo Deputado Chico Leite, realmente temos que responsabilizar penalmente e sob todos os aspectos as pessoas que deram causa a isso. Agora, nós sabemos que o tempo da justiça nem sempre é o tempo dos fatos. A Justiça julga aquilo que passou e com todo o cuidado para não cometer erros. Só que as coisas vão acontecendo ao longo do tempo.

Vejam só, de uma hora para outra ressurgiram – e aí eu quero louvar muito – alguns sindicatos que estavam sumidos nos últimos treze anos e que estão na porta do Palácio do Buriti a exigir legitimamente o direito de receberem os seus salários. Claro! Nós temos a obrigação de pagar. Agora, o que precisamos é criar as condições para que esse pagamento aconteça.

Qual é a situação que vive o Distrito Federal? Ou alguém poderia me dizer que a situação é de normalidade? Evidente que a situação não é de normalidade. A situação é de anormalidade.

O que se fez nos últimos quatro anos no Distrito Federal foi levar ao caos as contas públicas do Distrito Federal. O que o Governador Rodrigo Rollemberg a contragosto está tentando fazer é reequilibrar essas finanças públicas. E aí nós podemos dizer assim: “Mas nós deveríamos debater amplamente em todos segmentos da sociedade”. É claro, isso é homenagem à democracia direta, que nós defendemos também. Eu pergunto: “Será que os professores vão aguardar a gente fazer essa discussão em todos os segmentos e em todas as instâncias da sociedade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	18

para poder receber os seus salários?” Porque nós só podemos fazer a antecipação das receitas orçamentárias a partir do momento em que garantimos àquele que vai nos emprestar o dinheiro as condições de arrecadação, as condições de aumento na arrecadação, e também apresentamos as medidas concretas de economia que temos que fazer.

Então aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, mesmo a discussão cingindo-se apenas à questão da admissibilidade, eu acho que é um grande foro, Deputado Renato Andrade. Eu acho que nós temos que fazer esta discussão aqui com seriedade.

Qual é a situação hoje no Distrito Federal? É como se você chegasse em casa e seu filho estivesse doente. Quando ele está doente, ele precisa tomar um remédio. Não é que eu queira. Dói mais em mim do que nele. Mas nós temos que aplicar algum remédio.

A arrecadação aqui que se busca levantar, ela não vem sozinha, ela vem acompanhada de outras medidas. Por exemplo, ninguém está destacando aqui que nós estamos reduzindo a carga tributária incidente sobre remédios e sobre a cesta básica, que é uma medida de alto alcance social. A gente está procurando apresentar medidas que possam ao mesmo tempo reequilibrar as finanças do Distrito Federal e promover a justiça fiscal. Quem sabe se, no dia do pagamento

PatríciaStein r02



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	19

Quem sabe, se, no dia do pagamento dessa antecipação das receitas, que será dia 10 de dezembro, a gente já não esteja com tudo normalizado e aí a gente já possa fazer realmente os investimentos necessários que a cidade merece.

Por derradeiro... E aí eu gostaria de deixar bem claro... É claro que é muito fácil dizer para vocês que nós temos outras fontes que devem pagar. Pessoal, lamentavelmente, a sociedade é sempre quem paga a conta. Ou seja, aquela roubalheira que está acontecendo, na Petrobrás e em mais órgãos federais, quem vai pagar? Vocês acham que é quem? Ou alguém vai recuperar o dinheiro que levaram para o exterior? Quem vai pagar é a sociedade! Isso que o Governador Agnelo Queiroz promoveu nos últimos 4 anos quem vai pagar é a sociedade. Sabe por quê? Porque é a sociedade é a razão de ser do Estado. É ela quem financia isso. Isso aí não sou eu que estou dizendo, está, inclusive, na estrutura de qualquer papel estatal.

Então, eu acho que a gente tem que fazer a discussão com muita seriedade porque todo mundo já sabe que foi o Governo anterior o responsável por isso, todo mundo já sabe. Agora, cabe a nós apresentarmos as medidas para poder promover o equilíbrio. Promovido o equilíbrio, aí falta a gente fazer com que a cidade possa, já equilibrada, andar para frente.

Acho que é isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Raimundo Ribeiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	20

É lamentável, começarmos nossa primeira reunião da Comissão tendo que votar medidas impopulares como essa, mas, como bem colocado pelo Deputado Raimundo Ribeiro, nós estamos com as contas públicas verdadeiramente saqueadas e não tem como termos os serviços públicos, os salários garantidos dos servidores sem que a gente tome uma decisão realmente drástica. Então, temos de tomar decisões e ir avante nesse projeto.

Infelizmente, a Justiça demora para punir os responsáveis pelo caos que se tem hoje. Infelizmente, não tem como nós fazermos todos devolverem o que nossa cidade perdeu na gestão anterior, mas agora temos de tomar medida de recuperação da nossa cidade, dos serviços públicos, dos salários atrasados e nós vamos ter de levar à frente como foi colocado pelo Deputado Renato Andrade.

Esta Comissão vê a constitucionalidade dos projetos.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

RELATOR (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) - Sim.

DEPUTADO RENATO ANDRADE – Sim.

DEPUTADO CHICO LEITE – Contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Esta Presidência vota "sim".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2015	11h30min	CCJ	21

O parecer ao Projeto de Lei nº 142, de 2015, foi aprovado, após a retirada a Emenda nº 3 e rejeição das demais emendas, na forma das Emendas de nºs 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, com o 3 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Mais algum Deputado deseja fazer uso da palavra?

Não.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h24min.)

PatríciaStein r02

FOLHA DE VOTAÇÃO DE PARECER

PROPOSIÇÃO: PL 142/2015

Dispõe sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, altera as Leis Federais nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, e nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, e as Leis nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, nº 3.168, de 11 de julho de 2003, nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006, nº 3.830, de 14 de março de 2006, nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, e nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

AUTORIA: **PODER EXECUTIVO**

RELATORIA: **Dep. BISPO RENATO**

PARECER: Admissibilidade na forma das emendas nº 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, rejeitadas as emendas nº 1, 2, 4, 5, 6, 7, retirada a emenda nº 3

VOTO EM SEPARADO:

Assinam e votam o parecer na reunião realizada em 10.08.15, os Senhores Deputados:

Nome do Parlamentar	Presidente	Acompanhamento				Destaque	Assinaturas
	Relator	Sim	Não	Abst	Aus		
	Leitura						
Sandra Faraj	P	X					
Chico Leite			X				
Robério Negreiros					X		
Raimundo Ribeiro	R ad hoc	X					
Bispo Renato Andrade		X					
Suplentes							
Prof. Israel Batista							
Chico Vigilante							
Rafael Prudente							
Liliane Roriz							
Rodrigo Delmasso							
Totais							

RESULTADO:

- () APROVADO Parecer do Relator
 Voto em Separado
 () REJEITADO Relator do parecer do vencido: Dep.
 () Emendas apresentadas na reunião (acatadas e rejeitadas):
 () Concedido Vista ao Dep. _____, em _____

_____^a Ordinária _____^a Extraordinária

Paulo Eduardo Pinto de Almeida
 Secretário – CCJ